



Trabalhadores CMPorto

Boletim da Célula do PCP
na Câmara Municipal do Porto

Novembro / 2008

EDITORIAL

Valorizar, dignificar e respeitar os direitos dos trabalhadores municipais é condição fundamental para que estes, no cumprimento dos seus deveres profissionais, possam assumir as suas responsabilidades pelo importante serviço público que prestam aos municípios do Porto.

Não é este o entendimento da actual maioria Camarária PSD/CDS-PP e do seu Presidente Rui Rio, responsáveis pela crescente insatisfação e desmotivação que grassa entre os trabalhadores municipais.

Constituem disso exemplos:

- a forma como se está a efectuar o processo de transferência dos trabalhadores da Limpeza Urbana para as empresas privadas, que não estará a acautelar os direitos e as condições de trabalho dos funcionários destacados;
- a persistente falta de equipamentos de higiene e segurança no trabalho (fardamentos, botas, etc.), de peças para reparar veículos, invocando-se falta de dinheiro, dinheiro esse que não escasseia para salários “milionários” a pessoas da confiança da maioria;
- as arbitrariedades de todo o tipo na implementação do sistema de avaliação dos trabalhadores, fazendo tábua rasa da lei, não cumprindo prazos, não respondendo às reclamações, modificando e impondo objectivos impossíveis de cumprir dentro do horário normal de trabalho;
- a desconfiança em relação aos quadros, socorrendo-se da contratação externa para preenchimento de várias funções dirigentes.

A esta situação acresce o facto de os trabalhadores municipais continuarem a ser fortemente penalizados nas suas condições de vida, pelas políticas de direita conduzidas pelos sucessivos governos, responsáveis pela grave crise económica em que o País se encontra.

Com o governo do PS tudo se agravou. A sua política é dirigida essencialmente para servir os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, impondo sacrifícios aos trabalhadores e ao povo: não há dinheiro para aumentos salariais dignos que permitam pelo menos repor o poder de compra perdido ao longo dos últimos anos, não há dinheiro para acudir às crescentes necessidades sociais das populações e para potenciar o desenvolvimento do país, mas há milhões para acudir aos banqueiros...

O governo PS é responsável pela maior ofensiva de sempre contra os serviços públicos e os contra os trabalhadores da Administração Pública, condicionando direitos, instalando a insegurança, adulterando as carreiras, impondo a polivalência de funções, congelando as progressões, instituindo o favoritismo e a arbitrariedade, impondo a precariedade, gerando a insegurança no emprego.

Temos reafirmado, e o dia a dia confirma-o, que ambas as políticas, a do PS no Governo e a do PSD/CDS-PP na Câmara Municipal do Porto, se conjugam plenamente, penalizando duplamente os trabalhadores do Município.

Face a esta situação que fazer?

Aos trabalhadores só restam dois caminhos: “meter as mãos nos bolsos”, “deixar andar” e tudo continuará a piorar, ou encarar de frente a situação, unindo-se, fazendo ouvir o seu protesto e nunca se deixando amordaçar.

Não há outra opção. O caminho é a luta! Todos juntos, unidos, organizados e determinados, os trabalhadores farão, como no passado recente, recuar os intentos de Rui Rio na Câmara e de José Sócrates do Governo.

Todos juntos, unidos, organizados e determinados, os trabalhadores farão, como no passado recente, recuar os intentos de Rui Rio na Câmara e de José Sócrates do Governo.

Austeridade para uns, benesses e mordomias para outros

O PCP e o seu vereador na CMP, Eng. Rui Sá, têm protagonizado a denúncia pública de pagamentos escandalosos a alguns contratados pela Coligação PSD/CDS-PP, desmentindo a imagem de seriedade e rigor com que Rui Rio se tem procurado apresentar à opinião pública.

São os casos do Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara (que confirmado pelo próprio, recebia 7.316,84€/mês), do presidente da Comissão de Estruturação da Empresa Águas do Porto que recebe 12.500€ mensais de avença mais mordomias, e a contratação, em regime de avença, de uma licencianda (irmã do Vice-Presidente da CMP) que assegura a gestão do Rivoli recebendo uma avença mensal de 3.790€ + IVA.

Tal actuação corresponde a uma opção política que tem dois pesos e duas medidas: por um lado Rui Rio e a maioria Camarária pagam remunerações principescas a pessoas da sua confiança e, por outro, invocam sistematicamente a falta de recursos financeiros para retirar direitos aos trabalhadores, para não realizar concursos de promoção dos trabalhadores para não introduzir os necessários melhoramentos ao funcionamento de serviços e à reparação de equipamentos municipais, designadamente dos veículos de transporte. Alguns exemplos:

A partir de Janeiro de 2008, a Câmara cortou o subsídio nocturno pago nas férias, liquidando um direito adquirido há muitos anos e reduzindo o já baixo ordenado de dezenas de trabalhadores que desempenham as suas funções à noite, ...

Os trabalhadores das oficinas da limpeza e cemitérios, continuam a defrontar-se sistematicamente com falta de fardamentos e equipamentos de protecção individual adequado (sendo o caso mais flagrante o do calçado). Frequentemente sucede não serem substituídas peças de veículos de transporte ou feita a devida reparação, por vezes com custo de algumas dezenas de euros, circulando vários veículos em condições de menor segurança.

Austeridade para os trabalhadores municipais e contenção nas despesas para a melhoria dos serviços versus benesses e mordomias para os amigos, familiares e homens de confiança, eis em suma a realidade da política camarária da responsabilidade de Rui Rio e da actual maioria.